

A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS NA REGIÃO NORTE Factos e consequências

O crescimento do emprego no país nos últimos quatro anos foi muito insuficiente (0,8%) e apenas à custa do aumento da precariedade (em mais 20%).

Na Região Norte o emprego aumentou apenas 0,2% e quase exclusivamente devido ao crescimento da precariedade. O emprego na indústria transformadora diminuiu 15% (81 mil trabalhadores). O emprego de mais alta qualificação teve uma quebra de 3%.

Esta é a segunda região com maior número de trabalhadores precários (257,9 milhares), ou seja, 19% dos assalariados, tendo aumentado 20% desde o final de 2004. Os contratos sem termo diminuíram 1,1% nesse período.

A Região Norte tem uma taxa de desemprego mais elevada que a média nacional, tanto a nível global (8,7%), como entre as mulheres (10%), tendo crescido 9,6% relativamente ao 4º trimestre de 2004.

Nos seis distritos do norte do país os desempregados registados nos centros de emprego eram cerca de 213 mil e representavam 45% do total nacional. O fim de trabalho não permanente é a primeira causa do desemprego na região (29%), seguindo-se os despedimentos (26%), que cresceram 79% no último ano.

Somente 59% dos desempregados tem prestações de desemprego, sendo 37% em Bragança e 44% em Vila Real. Os valores médios do subsídio de desemprego por beneficiário não chegam aos 500 euros. No subsídio social de desemprego não ultrapassam os 361 euros.

O salário médio mensal líquido da região (693 euros) é de 90,6% da média nacional. 51% dos trabalhadores da região auferem menos de 600 euros, sendo 59% na indústria e 70% na agricultura, silvicultura e pesca. Esta região tem a maior percentagem de trabalhadores com salário mínimo nacional (12,2% face a 9,5% no Continente).

A dívida aos trabalhadores que perderam os postos de trabalho por encerramento de empresas é de cerca de 79 milhões de euros e abrange quase 6.500 trabalhadores.

O peso da Região Norte no PIB nacional tem-se mantido constante, representando mais de ¼ do total da riqueza produzida do país. Na produção industrial o peso é de cerca de 40% do total do país, confirmando o Norte como região de elevada concentração do aparelho produtivo português. No Ave e Entre Douro e Vouga o peso da indústria representa 50% do total aí produzido, embora no Ave o peso relativo da indústria tenha diminuído ao longo da governação PS/Sócrates, com reflexo no decréscimo do produto total desta sub-região neste período.

Na Região Norte não há uma única sub-região que tenha um valor do PIB per capita acima da média nacional, sendo a média da região de 12.255 euros/ano (80% da média nacional), a percentagem mais baixa do país. Traduz o sub-aproveitamento da força de trabalho e o elevado desemprego. Representa 60,5% da média da UE27.

O valor médio produzido por habitante na Região Norte é 1.860 euros/mês, o que, comparado com o salário médio da região – 663 euros, dá uma aproximação do grau de exploração que os trabalhadores estão sujeitos. Estes dados traduzem a aposta num modelo de desenvolvimento baseado nos baixos salários, na fraca qualificação e na reduzida incorporação valor acrescentado no processo produtivo.

Tem havido uma progressiva desresponsabilização do Estado no que respeita ao investimento público. Os montantes previstos para 2009 no país estão 31% abaixo dos previstos para 2005 em termos nominais. As quebras nos seis distritos do norte são ainda mais acentuadas do que no conjunto do país (59,5%).

Na Região Norte a percentagem de pobres (21%), é ainda mais elevada do que no total nacional (19%), sendo a mais alta do Continente. A despesa em protecção social (26% em 2006) é mais baixa que a média da União Europeia a 27.

Os lucros dos grandes grupos económicos e financeiros são o espelho de quem tem vindo a beneficiar da política de direita. Só no ano de 2008, o lucro de 16 grupos económicos, equivale a 460 euros por português, numa intolerável apropriação de riqueza e ineficaz distribuição do rendimento.

Os trabalhadores portugueses têm um baixo nível de educação e qualificação (70% da população empregada só tem o 9º Ano de escolaridade). Na Região Norte atinge os 74%, sendo que apenas 3,7% dos adultos entre os 25 e os 65 anos participou na aprendizagem ao longo da vida. As Novas Oportunidades abrangeram apenas 27% dos adultos em cursos de educação e formação face ao previsto até final de 2007.

O abandono escolar precoce desceu muito pouco face a 2004 no país (39% nesse ano e 36% em 2008). A Região Norte tem a percentagem mais elevada do Continente (41% em 2008, sendo de 47% em 2004). Por outro lado, o grau de desperdício do investimento em educação é elevado e está a aumentar. A taxa de desemprego dos licenciados (6,7% no 4º trimestre de 2008), não é a mais elevada de todos os níveis de ensino, mas é ultrapassada por aqueles que não completaram qualquer grau de ensino (5,7%) e aumentou desde final de 2004 (era 5,8%).

As pensões de reforma pagas pela Segurança Social são muito baixas (menos de 387 euros/mês, em média, no país). Dos seis distritos do norte do país apenas o Porto não tem pensões médias abaixo da média nacional.

Estes são dados objectivos que demonstram que a situação social no nosso país e na região do Norte, está em retrocesso em muitos domínios. Pela injustiça que a consubstancia e as desigualdades que promove, esta é uma política que não serve os interesses dos trabalhadores e do país. Hoje, mais do que nunca, é necessário promover uma ruptura com a política de direita.

Portugal precisa de uma outra política que respeite e valorize os direitos dos trabalhadores; promova uma mais justa repartição da riqueza e assuma a coesão social como prioridade; assegure um desenvolvimento mais equilibrado do país, combatendo as assimetrias regionais e a progressiva desertificação de vastas áreas do interior.

Mudar de rumo é urgente, necessário e possível.

2 de Abril de 2009